

Justiça põe em xeque 400 instituições

Deuza Lopes

Cerca de 400 instituições filantrópicas detentoras de certificado de utilidade pública federal, de um total de quatro mil, estão na mira do Ministério da Justiça, que pode casar as benesses concedidas pelo Governo a qualquer momento. É que as instituições têm legalmente a obrigação de prestar conta à Divisão de Outorgas e Títulos (que concede os títulos) todo início de ano, mas pelo menos 350 não enviam qualquer documentação há mais de três anos, enquanto outras 50 não dão qualquer satisfação há dez anos.

O certificado de utilidade pública concedido pelo Governo desde 1935 é a porta de entrada das verbas federais para essas instituições. De posse do certificado, as instituições não fazem o recolhimento da contribuição do empregador para o custeio do sistema previdenciário; têm a possibilidade de receber doações da União e autarquias; doações; recebimento de receitas das loterias federais; realizar sorteios e dispensa dos depósitos mensais do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Com tantas vantagens, normalmente a Divisão de Outorgas e Títulos é um local movimentado, pelo menos o telefone não parava de tocar antes do início da CPI do

Orçamento. Os parlamentares através dos seus assessores telefonavam com muita frequência para a chefe da Divisão, Neide Marcos da Silva, para que agilizasse o processo de concessão do certificado. "Os assessores cobravam incessantemente a liberação de novos certificados até estourar a CPI", observa.

Inspecções — Prevendo que a concessão pode representar uma faca de dois gumes, o secretário de Direitos da Cidadania e Justiça, Pedro Demo, a quem a concessão está subordinada, vem autorizando inspecções desde junho passado para os novos pedidos. A primeira vistoria foi realizada no Estado do Rio de Janeiro, e o resultado normalmente é desalentador. Segundo Neide Marcos da Silva a maioria das instituições não tem as instalações adequadas que diziam possuir e portanto não estão qualificadas para receber as benesses federais.

A inspeção mais recente foi realizada em Porto Alegre. Das dez instituições visitadas, pelo menos três não ofereceram as mínimas condições de funcionar como entidades filantrópicas. Uma delas sequer foi localizada no endereço oferecido ao Ministério da Justiça, levando a crer que se tratava de um golpe para receber as verbas federais do Governo de posse do certificado de utilidade pública.

Segundo Neide, diante das denúncias da CPI a Divisão de Outorgas e Títulos deve acelerar as inspecções para que não sejam concedido novos certificados a quem não mereça. Enquanto isso, o ministério pretende deflagrar um processo de revisão dos quatro mil títulos concedidos.